



Celso Furtado (economia), Cristóvam Buarque (educação) e Ermirio de Moraes (empresário): nomes da Comissão Constitucional

Presidente quer mais clareza no decreto que cria Comissão

Ingrid Rocha

O presidente José Sarney determinou ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, que o texto do decreto de criação da Comissão Constitucional deve ser explícito ao definir que o trabalho da Comissão servirá apenas como subsídio para o Congresso Constituinte a ser eleito em novembro de 1986. Sarney entendeu que essa colocação não ficou clara nas minutas do decreto que lhe foram apresentadas por Lyra e solicitou modificações.

Outra preocupação do presidente é deixar claro a intenção da Comissão de criar e estimular o debate e não de intromissão nos trabalhos Constituintes. Por considerar que os textos redigidos pelo Ministério da Justiça deixavam margem à dúvidas, Sarney recusou as duas minutas sugeridas pelo titular da Justiça. O presidente fez questão ainda que do texto do decreto constassem todos os nomes dos membros da Comissão, ao contrário da segunda minuta apresentada por Lyra, que previa apenas o nome do presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos.

Lyra reuniu-se na noite de anteontem até as primeiras horas da madrugada com assessores imediatos para dar nova redação ao decreto. Como o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, que redigiu a primeira minuta do decreto, não estava em Brasília e nem o Consultor Jurídico do Ministério, Marcelo Cerqueira, houve certa dificuldade em encontrar o texto juridicamente ideal. Contudo, o Ministério parece ter encontrado o termo adequado, substituindo a palavra anteprojeto por texto. Anteriormente estava previsto que a Comissão Constitucional estava encarregada de elaborar es-

A síndrome da semântica

A "síndrome da semântica" que subitamente tomou conta do Palácio do Planalto — desde que Sarney assinou decreto desapropriando todo o município de Londrina e a mensagem com muitos erros da convocação da Constituinte — foi o principal fator para que o presidente José Sarney se recusasse por duas vezes a assinar o decreto de criação da Comissão Constitucional.

Sarney deseja que fique claro no decreto que o trabalho da Comissão servirá apenas para oferecer subsídios à Assembleia Nacional Constituinte, além de estimular o debate sobre o tema, longe de ser um instituto elitista engendrado pelo Governo para impor

diretrizes aos Constituintes. Ciente da preocupação de Sarney, Fernando Lyra reuniu-se até as primeiras horas da madrugada com assessores imediatos para encontrar um texto que agradasse ao presidente.

Ele e seus assessores se deram até a pachorra de procurar no dicionário se deveriam usar "de" ou "por" ao enumerar os integrantes da Comissão. Após exaustivo trabalho, retiraram do texto a expressão "anteprojeto" a ser submetido à Constituinte, que foi substituído por "texto". Agora resta esperar se a nova redação do decreto vai passar pela lupa minuciosa do Palácio.

boço de anteprojeto à nova Carta. Sua tarefa agora é apresentar texto para servir de balizamento aos constituintes.

Caso seja aprovado o novo texto que o ministro da Justiça levará ao presidente, provavelmente amanhã será divulgado o decreto com os nomes dos 49 integrantes da Comissão. Era intenção de Lyra levar a Sarney a nova minuta do decreto na manhã de ontem, antes de seu embarque, às 11 horas, para Belo Horizonte, onde participou de mesa redonda com membros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Lyra não foi convocado ao Palácio da Alvorada e julgou melhor esperar para submeter o novo texto ao exame presidencial no início da semana.

Dois novos nomes para integrarem a Comissão são tidos como certos: o provável reitor da Universidade de Brasília e atual chefe de Gabinete de Lyra, Cristóvam Buarque, e Celso Bandedeira de Mello. Outros nomes em cogitação, mas não confirmados são o do professor de Direito Constitucional, José Paulo

Cavalcanti, pai do secretário-geral do Ministério da Justiça, José Paulo Cavalcanti Filho, e a atriz Irene Ravache.

Foram confirmadas as participações do empresário Antonio Ermirio de Moraes e do escritor Jorge Amado. O industrial paulista, ao receber o convite de Lyra, afirmou sentir-se "honrado" em integrar a Comissão. Igualmente, o escritor Jorge Amado manifestou contentamento em fazer parte da Comissão pré-Constituinte. O jornalista Mauro Santayana, designado por portaria do ministro para ser o secretário executivo da Comissão (ele já havia sido escolhido por Tancredo Neves), figurará na lista como membro, devendo portanto ser baixada nova portaria nomeando-o para o cargo.

Ao contrário do que vinha sendo especulado, o jurista Miguel Reale é quem deverá integrar a Comissão, como deseja seu presidente, Afonso Arinos. Havia circulado a notícia de que seu filho, Miguel Reale Júnior, era provável membro. A lista dos integrantes da Comissão, fruto de composição dos 33

nomes indicados por Tancredo Neves, acrescida com outros escolhidos por Afonso Arinos e Sarney, sofreu alterações nos últimos dois dias. Esse foi outro motivo para que Sarney não permitisse a divulgação dos documentos.

E certo que a exposição de motivos, assim como o texto do decreto, deixará claro que não se cogita em elaborar um projeto governamental de Constituinte que signifique tentativa de condicionar as decisões da futura Constituinte. Lyra, antes de embarcar para Belo Horizonte, confirmou que Sarney havia lhe pedido modificações no texto do decreto, alegando que o presidente sugeriu alterações na "forma".

Na noite de sexta-feira Lyra conversou por telefone com o jurista Afonso Arinos para dizer-lhe os últimos nomes dos membros da Comissão contatados naquele dia. Segundo Lyra, a conversa com o ex-Chanceler foi "amistosa", tendo ele concordado com os "termos do decreto e com a preocupação de se esclarecer na exposição de motivos a finalidade da Comissão".

A inclusão, na última sexta-feira, dos nomes do escritor Jorge Amado e do empresário Antonio Ermirio de Moraes, foi considerada nos meios políticos um reflexo da intenção do governo em tornar a Comissão o mais representativa possível da sociedade. Após a morte de Tancredo, havia certo temor de que o jurista Afonso Arinos, com quem o ministro da Justiça desentendeu-se sobre a finalidade e composição da Comissão, formasse uma comissão predominantemente de juristas, o que de fato não aconteceu. Hoje, porém, assessores de Lyra manifestaram satisfação com a composição da Comissão e seu objetivo: "Ela vai ser melhor do que esperávamos."